PORTARIA Nº 04/2018

O Doutor DAVID MOURÃO GUIMARÃES DE MORAIS MENESES, Juiz de Direito Titular da Comarca de Barão de Grajaú, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, Considerando que “ o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado” (art. 5º, LXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil); Considerando que “ o condenado [ao regime semiaberto] fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar” (art. 35, §1º, do Código Penal, com acréscimo do que está entre []); Considerando que “ o regime aberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado” e que “ o condenado deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga” (art. 36, caput e §1º, do Código Penal); Considerando que “ constituem direitos do preso: (...) visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados” (art. 41, X, da Lei nº 7.210/84); Considerando que “ compete ao Juiz da execução: (...)III – decidir sobre:(...)f) incidentes da execução (...)VII– inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade; VIII– interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta Lei” (art. 66, III, f, VIIe VIII, da Lei nº 7.210/84); Considerando que “ o preso provisório ficará separado do condenado por sentença transitada em julgado” (art. 84, caput, da Lei nº 7.210/84); Considerando de “ os presos condenados ficarão separados de acordo com os seguintes critérios: I – condenados pela prática de crimes hediondos ou equiparados; II – reincidentes condenados pela prática de crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa; III – primários condenados pela prática de crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa; IV – demais condenados pela prática de outros crimes ou contravenções em situação diversa das previstas nos incisos I, II e III” (art. 84, §3º, I a IV, da Lei nº 7.210/84); Considerando que “ na falta de estabelecimento adequado, o cumprimento da prisão civil (...)se efetivará em seção especial da Cadeia Pública” (art. 201 da Lei nº 7.210/84); Considerando que “ o encarceramento e outras medidas que excluam uma pessoa do convívio com o mundo externo são aflitivas pelo próprio fato de ser retirado destas pessoas o direito à autodeterminação ao serem privadas de sua liberdade. Portanto, o sistema prisional não deverá agravar o sofrimento inerente a tal situação, exceto em casos incidentais, em que a separação seja justificável, ou nos casos de manutenção da disciplina” (Regra 3 das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos – Regras de Mandela); Considerando que “ os prisioneiros devem ter permissão, sob a supervisão necessária, de comunicarem-se periodicamente com seus familiares e amigos: (a) por correspondência e utilizando, onde houver, de telecomunicações, meios digitais, eletrônicos e outros; e (b) por meio de visitas” (Regra 58 das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos – Regras de Mandela); Considerando que “ os presos devem ser alocados, na medida do possível, em unidades prisionais próximas às suas casas ou ao local de sua reabilitação social” (Regra 59 das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos – Regras de Mandela); Considerando que “ atenção especial deve ser dada para a manutenção e o aperfeiçoamento das relações entre o preso e sua família, conforme ao melhor interesse de ambos” (Regra 106 das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos – Regras de Mandela); Considerando que “ desde o início do cumprimento da sentença de um preso, deve-se considerar seu futuro após a liberação, e ele deve ser incentivado e auxiliado a manter ou estabelecer relações com indivíduos ou entidades fora da unidade prisional, da melhor forma possível, para promover sua própria reabilitação social e os seus interesses e de sua família” (Regra 107 das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos – Regras de Mandela); Considerando que “ o preso estará autorizado a comunicar-se periodicamente, sob vigilância, com sua família, parentes, amigos ou instituições idôneas, por correspondência ou por meio de visitas” (Art. 33 da Resolução nº 14 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, sobre as Regras Mínimas para Tratamento do Preso no Brasil); Considerando que se deve “ estimular a manutenção e o melhoramento das relações entre o preso e sua família” (art. 37

da Resolução nº 14 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, sobre as Regras Mínimas para Tratamento do Preso no Brasil); Considerando que “ o futuro do preso, após o cumprimento da pena, será sempre levado em conta. Deve-se animá-lo no sentido de manter ou estabelecer relações com pessoas ou órgãos externos que possam favorecer os interesses de sua família, assim como sua própria readaptação social” (art. 57 da Resolução nº 14 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, sobre as Regras Mínimas para Tratamento do Preso no Brasil); Considerando que nas últimas inspeções realizadas por este Juízo na Unidade Penal de Ressocialização desta cidade foi verificado que, em sua maioria, os presos que ali se encontram reclusos são oriundos de outras comarcas; Considerando que nestas mesmas oportunidades foi possível constatar a informação (embora extraoficial) de que alguns dos presos oriundos de outras comarcas foram condenados a cumprirem pena em regime semiaberto; Considerando que foram identificados dezoito cidadãos que se encontram presos por determinação deste Juízo em unidades prisionais situadas em outras comarcas; DETERMINO: Art. 1º– Proibir, a partir da data de publicação desta Portaria, que a UPR de Barão de Grajaú/MA receba presos de outras comarcas que tenham sido condenados a cumprirem pena nos regimes semiaberto ou aberto, por ser impossível o atendimento às garantias que lhes são inerentes, em razão de não possuírem vínculos familiares, domiciliares ou profissionais nesta cidade. Art. 2º– Determinar que, no prazo de 30 (trinta) dias, sejam providenciadas as seguintes condutas: I– transferência de todos os presos por ordem deste Juízo que se encontrem em outras unidades prisionais do estado do Maranhão (conforme tabela em anexo) para a UPR de Barão de Grajaú/MA; II– transferências para outras UPRs, presídios ou penitenciárias, conforme a disponibilidade de vagas, de presos de outras comarcas que se encontram na UPR de Barão de Grajaú, no mínimo em número equivalente ao de presos que forem transferidos para esta em cumprimento ao disposto no inciso I deste artigo, como forma de assegurar que não gere superlotação na unidade local. Parágrafo único- Se o Diretor da UPR de Barão de Grajaú/MA entender que o cumprimento do disposto no inciso I deste artigo acarretará risco à segurança da unidade prisional, poderá requerer, por meio de ofício devidamente fundamentado a este Juízo, no prazo mencionado no caput, que algum(uns) do(s) cidadão(s) relacionado(s) na tabela em anexo permaneçam nas unidades prisionais em que se encontram atualmente. Art. 3º– Determinar que, a partir da publicação desta portaria, todas as transferências de presos (provisórios ou condenados) vinculados a processos em curso nesta comarca sejam precedidas de requerimento de autorização a este Juízo. Parágrafo único– Nas situações em que por conta da urgência do caso (necessidade de garantir a ordem do estabelecimento, resguardar a integridade física de pessoas ou prevenir fugas) seja impossível o requerimento prévio, o Diretor da Unidade Prisional deverá, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, comunicar, por meio de ofício, as razões que o levaram a providenciar a medida referida. Art. 4º– Determinar que, na medida do possível (considerando a existência de apenas cinco celas na UPR desta Comarca), sejam observados os critérios de separação de presos constantes do artigo 84 da Lei nº 7.210/84. Afixe-se cópia desta Portaria no quadro de avisos deste Fórum. Encaminhem-se cópias à Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça desta Comarca, ao Diretor da Unidade Penal de Ressocialização de Barão de Grajaú, à Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão e ao Corregedor Geral de Justiça. Oficiem-se aos Juízos das Execuções Penais responsáveis pelo acompanhamento das penas dos presos definitivos que se encontrem na relação anexa, solicitando o deferimento das transferências de suas Execuções para a Comarca de Barão de Grajaú/MA. Instruam-se os ofícios com cópias desta Portaria. Publique-se. Gabinete do Juiz de Direito Titular da Comarca de Barão de Grajaú, aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e dezoito. David Mourão Guimarães de Moraes Meneses JUIZ DE DIREITO ANEXO

(RELAÇÃO DE PRESOS POR ORDEM DA COMARCA DE BARÃO DE GRAJAÚ QUE ESTÃO EM OUTRAS UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO DO MARANHÃO)

NOME DO PRESO UNIDADE PRISIONAL EM QUE SE ENCONTRA 01. Alberto Carlos Mendes do Nascimento (“Betão”) Balsas 02. Alessandro Silva Santos (“Shell”) Balsas 03. Euzébio Rodrigues de Sousa Balsas 04. Francivaldo dos Santos Silva Balsas 05. Higor Max Pereira de Sousa Balsas 06. Lucas Barrichello Moreira Balsas 07. Luís Gomes da Silva Júnior (“Bariché”) Balsas

08. Raimundo Alves Fonseca Neto Balsas 09. Roberto das Chagas Silva Lima Balsas 10. Gilson dos Santos Silva Imperatriz 11, Francisco Genaro Góes Carvalho Pedrinhas 12. Maurício Mateus Carvalho Costa (“Brinquedo do Cão”) Pedrinhas 13. Rayran Lima dos Santos Pedrinhas 14. Gilton Altino Ribeiro Timon 15. Gleidivan Ferreira Carvalho Timon 16. José Breno de Almeida Andrade Timon 17. Maikon de Sousa Barros Timon 18. Helisafon Gonçalves de Sousa (“Lisa”) (desconhecida)

Gabinete do Juiz de Direito Titular da Comarca de Barão de Grajaú, aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e dezoito.

David Mourão Guimarães de Moraes Meneses

JUIZ DE DIREITO